

SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

IESE, apresentada pelo Movimento Associativo da
Escola Comercial Oliveira Martins

COIMBRA
1974

A DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO AO ENSINO

Os estudantes têm o acesso ao ensino como um direito legítimo. No entanto, a intrasigência das massas estudantis é dificultada por barreiras sócio-económicas. A maior parte das famílias portuguesas não têm uma posição sócio-económica capaz de fazer face às avultadas despesas monetárias para sustentar o estudante.

Assim é dever da entidade estatual o auxílio e a abertura de acesso ao ensino das massas populares.

Como solução transitória para este problema limitemo-nos a apresentar uma saída a curto prazo, isto é, a instituição do pré-salário e o aumento de bolsas de estudo.

A VIA ESCOLAR ÚNICA: A SUPRESSÃO DA DISCRICÃO ENTRE ENSINO TÉCNICO E LICEAL

Ao pretendermos um ensino único, visamos a concretização dum bloco homogénio, constituído essencialmente por estudantes, para que a unidade como factor fundamental, surja reforçada, de tal modo que a maximização dos esforços necessários para a luta e travar em prol dum ensino renovado, seja plena.

Os estudantes não são uma classe, mas um grupo heterogénio, composto na sua maioria pelos filhos dos proletários - os verdadeiros produtores, e por filhos de capitalistas. Mas a luta dos estudantes consiste na total democratização do ensino, e o ensino único é um dos objectivos mais prementes a nível nacional.

Assim, e como só depois de um processo de ensino básico único, surge a possibilidade de opção consciente. Por isso, propomos como solução, que achamos única a criação dos verdadeiros centros ou escolas politécnicas.

O CONTEÚDO DO NOVO ENSINO E A TRANSFORMAÇÃO DOS MÉ- TODOS PEDAGÓGICOS

Sintetizando o conteúdo actual do ensino, concluímos que todo o estudante era vítima duma pobreza na formação cultural, moral, consciente e pouco conhecedora dos importantes factos da vida nacional, o que contra põe o sobrecarregar de uma formação pré-profissional intensiva, servindo mais tarde no desempenho produtivo, como elemento facilmente manipulável pelos interesses de um regime político interessado na exploração fácil.

Propõe-se a nível imediato, uma reforma nos programas de ensino que esteja de acordo com o novo conteúdo para a formação de um estudante, de um trabalhador e acima de tudo de um cidadão consciente.

Mais uma vez, e dentro do contexto da reforma geral do ensino, assinalamos a luta contra os exames tradicionais, como medida principal e urgente a tomar.

Assim, apresentamos um processo que nos parece viável para a resolução imediata e transitória do problema fulcral pedagógico que são os exames.

Enquanto estes existirem, os estudantes deverão fazer parte dos juris de exame.

Cada jurí deve ser composto por professores e alunos. Os alunos serão eleitos no último mês de aulas, no âmbito associativo.

Poderemos assim nesta primeira fase, destruir as cunhas e separar de uma vez para sempre dois conceitos (aproveitamento e comportamento) que quando misturados, provocam as consequências mais drásticas no corpo discente.

Além dos exames, a nota quantitativa não corresponde ao verdadeiro grau de capacidade, grau esse que seria mais justo na nota qualitativa.

Também contrariamente às práticas tradicionais, é o ensino que deve adaptar-se ao educando e não este que deve submeter-se às regras pré-estabelecidas. Pretendemos com isto que o sistema pedagógico resulte da troca mútua de opiniões entre educadores e alunos.

Desde que a nível do ensino se verifique uma organização plena, o trabalho a desenvolver nesta linha, será no âmbito das organizações representativas (professores e alunos).

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS

A gestão da escola deverá ser feita nos moldes democráticos, em todos os seus sectores.

Como órgão central da administração da escola, ressalte em primeiro lugar, e em mútuo contacto com o M.A., o conselho de gestão.

Este conselho deve ser posto por igual número de professores e alunos, isto é, seis professores e seis alunos. Os empregados devem fazer-se representar por dois elementos do pessoal auxiliar, e dois do pessoal administrativo.

A eleição dos professores deve ser feita pelo corpo humano da escola em reunião magna.

Deste conselho devem sair elementos para o conselho administrativo.

O conselho disciplinar será única e exclusivamente da competência dos alunos. Sempre que o processo seja resolúvel a nível de turma, deverá sempre que possível ter a assistência do professor ligado à ocorrência. Todos os processos que não possam ser resolvidos dentro desta alínea, serão apresentados e resolvidos no âmbito associativo em R.G.A..

No sector social (cantina, bar e papelaria), a gerência e a administração dever-se-á efectuar num processo de auto-gestão.

NOTA: - Relativo ao ponto denominado "o conteúdo do novo ensino e a transformação dos Métodos", há ainda a acrescentar:

Acebar com o sistema de marcação de faltas.

É necessário em cada turma, responsável pela assiduidade dos colegas.

A priori este conselho será formado por todos os alunos da turma.

Em princípio, o processo relativo às faltas está integrado em toda uma linha que no campo educacional se pretende seja alvo de uma total reforma, obedecendo a uma descentralização plena com vista a um ensino novo, numa sociedade nova, e democrática.